

Nortec Química S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018 e 2017**

Conteúdo

Relatório da Administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

DFP - Demonstrações financeiras padronizadas	1
Balanços patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações do resultado abrangente	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações do valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Resultados 2018

A Nortec Química S.A. (Citada como "Companhia" ou ainda como "Nortec Química" ao longo deste relatório), empresa brasileira do ramo Farmoquímico (Químico-Farmacêutico), divulga hoje no site da CVM (Comissão Mobiliária de Valores), o resultado do ano de 2018, atualizando seus acionistas, e o mercado, em relação a seu desempenho no ano de 2018, melhorias e dinamicidade na sua administração; e, especialmente, no desenvolvimento de seus novos projetos.

Principais Indicadores

R\$ mil	2018	2017	Δ %
Receita Líquida	188.515	143.607	31%
Produção (kg)	293.493	276.134	6%
Lucro Bruto	60.590	37.896	60%
EBITDA	41.089	23.412	76%
Lucro Líquido	22.942	13.741	67%

R\$ mil	2018	2017	Δ %
Índice Liquidez Imediata	0,75	0,59	27%
Índice Liquidez Corrente	3,04	2,75	10%
Índice Grau de Endividamento(*)	33%	45%	-27%
(*) = (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)/Patrimônio Líquido			

As informações financeiras e operacionais, divulgadas em milhares de Reais, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes - KPMG.

Considerações da Administração

O ano de 2018 teve como principal enfoque a continuidade do trabalho iniciado em 2017 de dinamicidade e de fortalecimento da Estrutura Organizacional: do Quadro gerencial, de Padronização de Processos, de Performance, de Gestão por Resultados, e na relevância da

estrutura de Garantia de Qualidade com total aderência aos padrões ANVISA e FDA (Food and Drug Administration), na Segurança Industrial, nos Requisitos Ambientais, e nos rendimentos de seus Processos Industriais. A estrutura com os três pilares organizacionais foi mantida: Vice-Presidência de Operações, Vice-Presidência de Negócios e a Unidade da Qualidade, todas com reporte direto à Presidência através de reuniões frequentes e participativas alicerçadas nas reuniões realizadas com o Conselho de Administração.

A continuidade do trabalho iniciado em 2017 começou a refletir em resultados, particularmente na redução de custos, no aumento de lucratividade da companhia e no desempenho das cinco unidades independentes de processamento químico. Foram obtidos também aumentos em faturamento e no volume de vendas decorrentes especialmente do desempenho das unidades fabris mais novas (U-230/U-280), que tiveram seu início de produção em março de 2017. As validações realizadas ao longo do ano permitiram que a companhia atendesse ao aumento do volume de vendas, oferecendo maior capacidade de produção ao mercado farmacêutico de medicamentos de marca, genéricos, similares e de medicamentos essenciais ao Governo Brasileiro.

As metas da Diretoria Executiva, sempre orientada pelas reuniões frequentes com o Conselho de Administração, refletiram em 2018 os principais focos de gestão da companhia: Melhoria Operacional e Garantia de Sustentabilidade e Perenidade.

As metas, portanto, incluíram: atendimento e desenvolvimento de mercados com demanda crescente especialmente no Brasil, excelência do Sistema Regulatório e de Qualidade, alicerçados por ANVISA e FDA, adoção de tecnologias de Engenharia Química focadas em Segurança e Performance e conclusão dos projetos de Inovação, Pesquisas e Scale-up previstos para o ano de 2018. Como consequência, finalmente, obteve-se o resultado financeiro, com foco nos itens descritos anteriormente, que abrangem desde a redução de custos em áreas não tecnológicas à sustentabilidade nos conceitos de Engenharia de Processamento Químico e Gerenciais.

A aproximação aos Clientes foi primordial para gestão comercial de um portfolio ampliado de Insumos Farmacêuticos Ativos (IFAs), consequência da partida das duas novas unidades, assim como para definição das novas moléculas ativas a serem desenvolvidas. O atendimento ao mercado total beneficiou no resultado da companhia pela elevação da capacidade química em cerca de 40%, consolidando a Nortec Química como maior e mais essencial produtora de Insumos Farmacêuticos Ativos da América Latina.

Em adição, a capacidade de desenvolvimento tecnológico foi consolidada com a nova planta U-230, que agregou tecnologia de Engenharia Básica e desenvolvimento de Tecnologias Industriais com flexibilidade de reatores e centrífugas e secadores em dimensões adequadas para servir como planta de transição do desenvolvimento em laboratório para as escalas piloto, protótipo e industrial.

Com a robustez da capacidade produtiva, os esforços comerciais foram divididos em três frentes: Mercado Interno, Mercado Externo, e a continuidade das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs), política que o Estado Brasileiro vem considerando como essencial em resultados para a autonomia da produção nacional garantir as necessidades do Sistema de Saúde do Brasil.

Em relação ao mercado interno, foi criada a área de Administração de Vendas para gerenciamento da carta de pedidos e do planejamento fabril, fazendo a conexão entre Comercial, Suprimentos e Planejamento de Produção, tendo o Nível de Serviço como principal meta. Também foi feita uma agenda de visitas e de acompanhamento da área Comercial, que passou a ter maior disponibilidade e flexibilidade com a criação do setor de Administração de Vendas.

Em relação ao mercado externo, a principal frente de crescimento tem como alvo o mercado dos Estados Unidos, que se tornou acessível a partir da aprovação da Nortec Química em inspeção do FDA – Food and Drug Administration, consolidada no início de 2017. Foram incluídos, com sucesso, dois registros da Nortec Química no diretório americano, Prilocaina e Bupivacaína, IFAs que já estão sendo comercializados nos Estados Unidos.

Em relação a inclusão de novos produtos, especialmente para os Mercados Estados Unidos e Europa Ocidental, três novas moléculas ativas foram adicionadas ao *pipeline* de desenvolvimento. Ainda em relação a internacionalização da Nortec Química, fato inédito para empresas brasileiras de Base Tecnológica como considerada pela FINEP, a companhia participou da conferência DCAT, evento relevante nos meios corporativo, comercial e tecnológico da indústria químico-farmacêutica americana. Em outubro de 2018, manteve sua tradição internacional expondo seu portfolio aos consumidores mundiais na CPhI Worldwide, realizada em Madrid, com amplo acesso aos mercados europeus e asiáticos.

Ainda em relação à exposição internacional, a Nortec Química compareceu, com seu grupo de Engenharias Química e Mecânica à feira de equipamentos para a indústria farmoquímica e farmacêuticaACHEMA, realizada uma vez a cada três anos em Frankfurt, na Alemanha. Os

fabricantes visitados retribuíram à Nortec Química em reuniões no Rio de Janeiro, entendendo eles ser a empresa brasileira de maior potencial de investimentos no setor.

Em relação a Área Institucional no Brasil, o mais relevante está no segmento das Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo (PDPs). No ano de 2018, a Nortec Química se apresentou como o fabricante de Insumos Farmacêuticos Ativos independente de produtos formulados com maior parque tecnológico diversificado e produtivo existente no Brasil, apresentando maior volume de investimentos, suporte, inovação em pesquisa e desenvolvimento. Isso lhe deu êxito em ser selecionada para os novos projetos divulgados em março de 2018 pelo Ministério da Saúde. A empresa se sente honrada em estar em alianças estratégicas de produção com laboratórios oficiais – Farmanguinhos, FIOCRUZ, LAFEPE, LAQFEx, FUNED – e com parceiros nacionais, como E.M.S. e Blanver, e internacionais, como Gilead, Janssen e Novartis, além dos que estão em desenvolvimento com Boehringer Ingelheim e Bristol Myers Squibb. As PDPs contemplam medicamentos essenciais em diversos segmentos, como antirretrovirais, imunossuppressores (pós-transplante) e de Esclerose Múltipla.

Em relação a estrutura de pessoal de origem científica e tecnológica para garantir o atendimento às frentes de desenvolvimento que estão sendo abertas e amplamente descritas anteriormente, em transparência por governança corporativa, foram realizadas contratações de pessoal sênior no mercado e expansões nos laboratórios de Pesquisa & Desenvolvimento e Controle de Qualidade, assim como uma gestão tecnológica do pipeline de novos IFAs.

Para a implementação das novas ofertas e criações tecnológicas, foi realizado um mapeamento dos investimentos futuros, implementando ferramentas de gestão para o gerenciamento e controle de projetos de investimento, desde a análise de viabilidade até a sua implementação e desembolso compatível com a geração de caixa da companhia. De outro lado, em apoio ao cronograma de desembolso de investimentos para novos projetos, destacando-se a ampliação da U-280, é relevante citar a aprovação de um projeto de investimentos orçado em R\$ 36 milhões junto ao BNDES, bem como o projeto encaminhado à FINEP para implementação das tecnologias de oncológicos e IFAs de alta potência.

Em relação a gestão de Recursos Humanos, todas as iniciativas de natureza empresarial dependem da qualidade e satisfação das pessoas que fazem parte da companhia. Para garantir o maior rendimento de sua Gente, a Nortec Química implementou diversas iniciativas de melhoria operacional e de gestão de pessoas. De destaque, foi feito um novo mapeamento de Cargos e

Salários junto a uma consultoria internacional especializada no assunto. A partir deste trabalho, também foi criado um plano de carreira, reduzindo em mais de 50% o número de cargos na companhia, dando mais clareza e transparência para os caminhos de crescimento interno. Foram fortalecidos os processos de Avaliação de Desempenho Individual, a pesquisa de Engajamento e a Gestão por Resultados, com desdobramento de metas resultando em uma remuneração variável mais coerente com desempenho de cada área. Concluiu-se também o primeiro ciclo do programa de Trainee, com um ano de treinamento interno para desenvolvimento de jovens talentos, e foi implementada uma nova escala de trabalho industrial, mais compatível com a atividade-fim da companhia e com os procedimentos regulatórios de registros da produção.

Em relação ao Sistema de Qualidade, em decorrência da expansão da capacidade produtiva, foi dado seguimento às iniciativas de seu aprimoramento, que incluíram aumento de quadro para todas as áreas: Controle da Qualidade, Garantia da Qualidade e Assuntos Regulatórios, assim como novos processos de treinamento e de gestão das áreas. Uma rotina de auditoria interna foi implementada, com inspeções realizadas entre áreas e também com consultoria externa, abrindo *gaps* e gerando planos de ação visando a melhoria contínua do Sistema de Qualidade.

Como consequência das atividades desenvolvidas e descritas anteriormente, o resultado financeiro demonstrou evolução com relação a 2017. Na gestão financeira, foram implementadas novas regras de alocação de custos e medição de eficiência na produção, gerando maior alinhamento entre controladoria e produção e redução no custo de transformação. Esta redução de custos se deu através de ferramentas gerenciais e forma harmoniosa com o aumento de produção e da demanda de mercado, resultante dos investimentos realizados no período 2012-2018.

Em conclusão, 2018 foi mais um ano da consolidação iniciada em 2017 e de novas iniciativas visando o crescimento em anos futuros, alicerçado em um Sistema de Qualidade, atendimento ao Mercado, desenvolvimento contínuo de novos IFAs, e Gente trabalhando com Planos de Carreira condizentes ao seu desempenho, montando uma estrutura consistente para conduzir a Nortec Química e garantindo sua perenidade alicerçada em 34 anos de História de vida.

Análise Econômica Financeira

Faturamento líquido

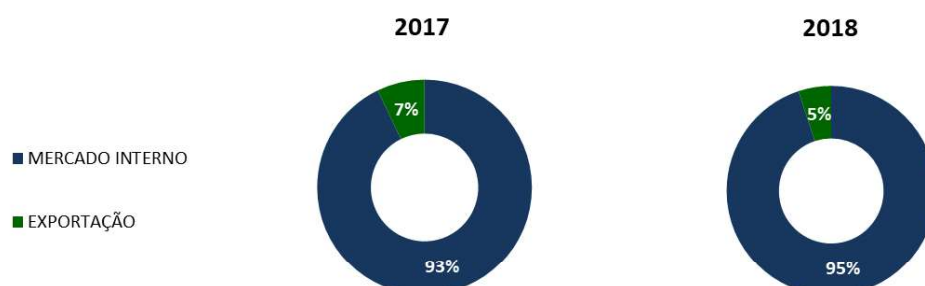
R\$ Mil	2018	2017	Var %
PDP'S (Parcerias de Desenv. Produtivo)	80.762	67.523	19,6%
Privado	80.309	59.119	35,8%
Exportação	9.557	10.323	-7,4%
Governo	17.887	6.641	169,3%
Receita Líquida de Vendas	188.515	143.607	31,3%

A receita líquida, ao final de 2018 alcançou R\$ 188,5 milhões, um aumento de 31,3% em comparação com o ano anterior, quando atingiu R\$ 143,6 milhões.

Esse incremento da receita é consequência dos seguintes efeitos acoplados: elevação no volume direto de venda de produtos destinados ao mercado privado; aumento na capacidade de produção para atender a demanda crescente, e um aumento na demanda de produtos devido à escassez de produtos concorrentes vindos da China (por fechamentos de fábrica devido à política Blue Skies do governo Chinês).

O atendimento ao mercado só foi possível devida à ampliação de capacidade produtiva resultante dos investimentos nas unidades fabris entre 2012 e 2018, exemplificada especialmente nas duas novas plantas postas em operação no decorrer de 2017.

A receita da Companhia foi composta substancialmente pelo mercado interno, que representou 95% do total faturado em 2018. No mesmo período do ano de 2017 o mercado interno representou 93% do total faturado.



Lucro Bruto e Margem Bruta

R\$ Mil	2018	2017	Var %
Receita Líquida de Vendas	188.515	143.607	31,3%
CPV	(127.925)	(105.711)	21,0%
Lucro Bruto	60.590	37.896	59,9%
Margem Bruta	32,1%	26,4%	5,8 p.p

A Margem Bruta/Receita Líquida da empresa aumentou 5,8 p.p. em valores absolutos quando comparado ao ano anterior. Mesmo com alta elevação no custo de matérias primas de toda a cadeia (promovidos especialmente pela baixa disponibilidade de insumos e lei Blue Skies na China), foi possível melhorar o resultado pelos efeitos de: diluição dos custos fixos pelo aumento do volume produzido, abertura de grupos de trabalhos internos responsáveis pela avaliação da eficiência fabril, avaliação da eficiência fabril e gestão de perdas.

Despesas/Receitas operacionais

R\$ Mil	2018	2017	Var %
Despesas Administrativas e Vendas	(22.359)	(17.010)	31,4%
Participações nos Lucros e Resultados	(1.061)	(833)	27,4%
Outras Receitas Operacionais	995	426	133,6%
Despesas/Receitas Operacionais	(22.425)	(17.417)	28,8%
Despesas e Receitas Operacionais/R.L.	-11,9%	-12,1%	0,2 p.p

As despesas/receitas operacionais atingiram R\$ 22,4 milhões ao final de 2018, representando um aumento de 28,8% em relação ao ano anterior (R\$ 17,4 milhões em 2017). A elevação absoluta desse número é consequência direta do aumento de gastos estratégicos, dentre eles, a folha de pagamentos. A companhia investiu na contratação de mais profissionais qualificados para determinadas áreas como Qualidade, Regulatório e Pesquisa e Desenvolvimento, por exemplo.

Esse investimento em capital humano é essencial tanto para os processos de continuidade da companhia, como também para habilitar o desenvolvimento de novos produtos e renovação de portfólio, em linha com as diretrizes do planejamento estratégico. Os investimentos realizados em

capital humano visam, ainda, a busca contínua pela estabilidade de operações e melhoria das eficiências internas.

Apesar da elevação das Despesas Administrativas em valores absolutos, a representatividade do número percentualmente frente à Receita Líquida em 2018 se manteve em torno de 12%, assim como ao final de 2017.

EBITDA

R\$ Mil	2018	2017	Var %
Lucro Líquido	22.942	13.741	67,0%
IRPJ/CSLL	10.531	6.152	71,2%
Resultado Financeiro Líquido	4.692	586	700,9%
Outras Receitas Não recorrentes	(995)	(426)	133,6%
Depreciação e amortização	3.919	3.359	16,7%
EBITDA	41.089	23.412	75,5%
Receita Líquida de Vendas	188.515	143.607	47,1%
(EBITDA/R.L)	21,8%	16,3%	5,5 p.p

A geração operacional de caixa, medida pelo EBITDA (Lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização), em 2018, foi de R\$ 41,1 milhões positivos decorrentes do aumento da receita de vendas e melhoria nas eficiências internas expressas numericamente no resultado final como redução do custo geral de produção (especialmente na linha de transformações), conforme mencionado anteriormente.

Resultado Financeiro

R\$ Mil	2018	2017	Var %
Receitas Financeiras	1.017	1.356	-25,0%
Despesas Financeiras	(1.863)	(1.727)	7,9%
Resultado Cambial Líquido	(3.846)	(215)	1688,8%
Resultado Financeiro Líquido	(4.692)	(586)	700,7%

O resultado financeiro líquido ao final de 2018 foi negativo em R\$ 4.692 mil (R\$ 586 mil negativos em 2017), em função, principalmente, do resultado cambial no montante de R\$ 3.846 mil negativos.

As Receitas Financeiras atingiram R\$ 1.017 mil, sendo a maior parte proveniente de aplicações financeiras. As Despesas Financeiras representaram R\$ 1.863 mil, sendo em sua maioria oriundas dos juros sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia para financiar seus investimentos, conforme já mencionado.

Liquidez e endividamento

R\$ Mil	2018	2017	Var %
Empréstimos e Financiamentos	15.566	21.160	-26,4%
Disponibilidade Financeira	22.329	17.860	25,0%
Dívida Líquida	6.763	(3.300)	-304,9%
EBITDA	41.089	23.412	75,5%
Dívida Líquida/EBITDA	16,5%	-14,1%	30,6 p.p

A disponibilidade financeira, no final de 2018 foi de R\$ 22,3 milhões (R\$ 17,9 milhões em Dez/2017), sendo integralmente em moeda local (Real), representando um aumento de 25% em relação a posição de dezembro/2017. As aplicações financeiras representam 53% desta disponibilidade.

Em 31 de dezembro de 2018 os empréstimos totalizavam o montante de R\$ 15,6 milhões, R\$ 6,0 milhões registrados no passivo circulante e R\$ 9,5 milhões no não circulante, obtidos por meio de contratos de financiamento de longo prazo, contraídos com o BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social, com a finalidade da construção das duas unidades fabris, U-230 e U-280, que foram finalizadas em agosto e abril de 2017, respectivamente.

A Dívida Líquida da Companhia deixou de existir ao final de 2018, em decorrência da geração de caixa das operações do período.

Patrimônio líquido

R\$ Mil	2018	2017	Var %
Patrimônio Líquido	122.198	104.705	16,7%
(PL/Ações)	R\$ 10,29	R\$ 8,82	R\$ 1,47

Ao final de 2018, o patrimônio líquido da companhia atingiu R\$ 122,2 milhões (R\$ 10,29 por ação), 16,7% superior ao patrimônio líquido alcançado em dezembro de 2017 (R\$ 104,7 milhões e R\$ 8,82 por ação).

A variação do patrimônio líquido é decorrente do lucro líquido apurado no exercício.

Relacionamento com os auditores

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no período findo em 31 de dezembro de 2018, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Declaração da diretoria

A Diretoria da Nortec Química S.A., em atenção ao disposto nos incisos V e VI do Art. 25 da Instrução CVM 480/09, declara que revisou, discutiu e concordou com (i) as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e (ii) as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Agradecimentos

A Companhia registra seus agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso obtido no período, em especial a seus clientes, colaboradores e acionistas.

A Diretoria.



KPMG Auditores Independentes

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos diretores e acionistas da Nortec Química S.A.

Duque de Caxias - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nortec Química S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nortec Química S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento da receita de vendas

Veja as notas 6.3 e 23 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
As receitas da companhia derivam essencialmente de comercialização de produtos farmoquímicos, que geralmente é reconhecida no momento em que ocorre a transferência do controle sobre o ativo ao comprador. O processo de reconhecimento das receitas de vendas de produtos farmoquímicos da Companhia envolve análise e monitoramento, a cada transação, do prazo de entrega dos produtos para os clientes, de forma a efetuar o registro das receitas e envolve julgamento na determinação das estimativas dos prazos médios de entrega e na determinação do momento em que ocorre a transferência do controle sobre o ativo ao comprador, bem como requer a necessidade de manutenção de rotinas e controles internos para identificar e mensurar as vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Devido à relevância das transações de vendas no contexto das demonstrações financeiras, e do julgamento envolvido quanto à determinação do prazo médio de entrega dos produtos vendidos e do momento em que ocorre a transferência do controle sobre o ativo ao comprador, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: O entendimento do processo de reconhecimento de receita, testes do desenho e efetividade dos controles internos relevantes, relacionados ao processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Analizamos, em base amostral, as notas fiscais de vendas, bem como os respectivos comprovantes de aprovação do departamento de controle de qualidade, referente aos cumprimentos das especificações técnicas dos produtos e os comprovantes de entrega dos produtos aos clientes e observamos a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receita para as transações de vendas. Analizamos o critério da Companhia para determinação do prazo médio de entrega dos produtos aos clientes, avaliamos a aplicação deste critério na mensuração da receita na data base e comparamos com os prazos médios efetivos das vendas efetuadas no final do exercício, bem como avaliamos a transferência do controle dos produtos farmaceuticos ao cliente para as vendas realizadas no final do mês de dezembro de 2018. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis o reconhecimento de receita, bem como as divulgações relacionadas, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Obsolescência dos estoques

Veja as notas 6.12 e 10 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Os estoques da Companhia são submetidos, trimestralmente, pela análise técnica dos setores de qualidade e produção, a fim de ser verificado se demonstram deterioração, obsolescência e/ou baixa rotatividade. Após a realização dessas análises, é gerado um laudo técnico, contendo a quantidade, custo, descrição do item e motivo da obsolescência se aplicável. Os itens que apresentaram perda de características apropriadas para o uso, são identificados como obsoletos e seus respectivos valores são registrados pela Companhia como provisão para itens obsoletos. Face ao exposto acima, a representatividade dos valores registrados, o julgamento envolvido na identificação dos itens obsoletos, a definição das premissas para o registro da provisão, bem como a aplicação da política contábil, aprovada pelos órgãos da administração, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: Avaliamos o desenho e a efetividade dos controles internos relevantes, relacionados ao processo de mensuração para a obsolescência dos estoques de matéria prima, produto em processo e produtos acabados. Os nossos procedimentos de auditoria também incluíram obtenção do laudo técnico, preparado pelos setores de qualidade e produção da Companhia, recálculo da provisão para obsolescência, incluindo a movimentação dos itens nos estoques e inventário físico. Avaliamos ainda se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos dos estoques, no tocante à sua obsolescência, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de

continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2019

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carla Bellanger
Contadora CRC 1SP196751/O-4

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.877
Preferenciais	0
Total	11.877
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
1	Ativo Total	162.558	152.146
1.01	Ativo Circulante	90.318	82.822
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	10.412	6.139
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.917	11.721
1.01.03	Contas a Receber	17.029	28.767
1.01.03.01	Clientes	17.029	28.767
1.01.04	Estoques	46.850	32.038
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.454	3.043
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.454	3.043
1.01.07	Despesas Antecipadas	162	162
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	494	952
1.02	Ativo Não Circulante	72.240	69.324
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	821	1.123
1.02.01.04	Contas a Receber	236	97
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	236	97
1.02.01.07	Tributos Diferidos	585	1.026
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	585	1.026
1.02.02	Investimentos	132	114
1.02.02.01	Participações Societárias	132	114
1.02.03	Imobilizado	71.287	68.087
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	65.270	66.805
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	6.017	1.282

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017
2	Passivo Total	162.558	152.146
2.01	Passivo Circulante	29.724	30.087
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.316	3.332
2.01.01.01	Obrigações Sociais	859	733
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.457	2.599
2.01.02	Fornecedores	10.609	11.693
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.646	1.775
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	8.963	9.918
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.902	2.270
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.396	1.777
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.065	935
2.01.03.01.02	Obrigações Fiscais Federais	1.331	842
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	476	484
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	30	9
2.01.05	Outras Obrigações	12.897	12.792
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.033	6.000
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.033	6.000
2.01.05.02	Outros	6.864	6.792
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.733	2.814
2.01.05.02.04	Outras Contas a Pagar	1.036	492
2.01.05.02.05	Adiantamentos de Clientes	34	2.653
2.01.05.02.06	Participações a Pagar	1.061	833
2.02	Passivo Não Circulante	10.636	17.354
2.02.02	Outras Obrigações	9.537	16.713
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	9.533	15.160
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	9.533	15.160
2.02.02.02	Outros	4	1.553
2.02.02.02.03	Obrigações Fiscais	0	1.551
2.02.02.02.04	Outros	4	2
2.02.03	Tributos Diferidos	751	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	751	0
2.02.04	Provisões	348	641
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	348	641
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	348	641
2.03	Patrimônio Líquido	122.198	104.705
2.03.01	Capital Social Realizado	68.235	68.235
2.03.04	Reservas de Lucros	53.963	36.470
2.03.04.01	Reserva Legal	7.144	5.996
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	46.819	30.474

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	188.515	143.607
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-127.925	-105.711
3.03	Resultado Bruto	60.590	37.896
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.425	-17.417
3.04.01	Despesas com Vendas	-1.782	-651
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-21.638	-17.192
3.04.02.03	Despesas Administrativas	-5.213	-2.156
3.04.02.04	Despesas com pessoal	-9.754	-9.605
3.04.02.05	Serviços de terceiros	-3.511	-3.198
3.04.02.06	Ocupação e utilidades	-2.439	-1.660
3.04.02.07	Depreciação e amortização	-721	-573
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	995	426
3.04.04.01	Outras Despesas/Receitas Operacionais	995	426
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	38.165	20.479
3.06	Resultado Financeiro	-4.692	-586
3.06.01	Receitas Financeiras	1.017	1.356
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.709	-1.942
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-1.863	-1.727
3.06.02.02	Variação Cambial Líquido	-3.846	-215
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	33.473	19.893
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10.531	-6.152
3.08.01	Corrente	-9.340	-6.395
3.08.02	Diferido	-1.191	243
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.942	13.741
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.942	13.741
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	1,93160	1,15690

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	22.942	13.741
4.03	Resultado Abrangente do Período	22.942	13.741

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	20.068	6.430
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	29.053	17.621
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	22.942	13.741
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	3.928	3.382
6.01.01.03	Variação Cambial	3.846	215
6.01.01.04	Provisão (Reversão) para Contigência Trabalhista	-293	-377
6.01.01.05	Provisão (Reversão) para perda de Estoques	-1.407	972
6.01.01.07	Provisão (Reversão) para PCLD	403	75
6.01.01.08	Provisão (Reversão) para perdas esperadas	209	0
6.01.01.09	Outros	-575	-387
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.860	-10.122
6.01.02.01	(aumento)/redução - Contas a Receber	11.126	-12.440
6.01.02.02	(aumento)/redução - Estoques	-16.219	1.820
6.01.02.03	(aumento)/redução - Imp. a Recuperar	-411	-1.087
6.01.02.04	(aumento)/redução - Outros Ativos	758	86
6.01.02.05	aumento/(redução) - Fornecedores	-1.084	2.073
6.01.02.06	aumento/(redução) - Obrig. sociais e trabalhistas	-16	596
6.01.02.07	aumento/(redução) - Obrig. fiscais	-919	577
6.01.02.08	aumento/(redução) - Adiantamento de Clientes	-2.619	-1.866
6.01.02.09	aumento/(redução) - Outros	1.524	119
6.01.03	Outros	-1.125	-1.069
6.01.03.01	Pagamentos de Juros s/Empréstimos e Financiamentos	-1.125	-1.069
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-7.342	-7.931
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-7.147	-6.340
6.02.02	Aplicações Financeiras	-195	-1.556
6.02.04	Aquisição de Investimento	0	-35
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-8.453	-2.083
6.03.01	Empréstimos obtidos	0	5.841
6.03.02	Pagamentos de empréstimos e financiamentos Principal	-5.639	-4.233
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-2.814	-3.691
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	4.273	-3.584
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	6.139	9.723
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	10.412	6.139

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	68.235	0	36.470	0	0	104.705
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	68.235	0	36.470	0	0	104.705
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-5.449	0	-5.449
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-449	0	-449
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-5.000	0	-5.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	22.942	0	22.942
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	22.942	0	22.942
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	17.493	-17.493	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	17.493	-17.493	0	0
5.07	Saldos Finais	68.235	0	53.963	0	0	122.198

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	41.977	0	52.251	0	0	94.228
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.977	0	52.251	0	0	94.228
5.04	Transações de Capital com os Sócios	26.258	0	-26.258	-3.264	0	-3.264
5.04.01	Aumentos de Capital	26.258	0	-26.258	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-264	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-3.000	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	13.741	0	13.741
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	13.741	0	13.741
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	10.477	-10.477	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	10.477	-10.477	0	0
5.07	Saldos Finais	68.235	0	36.470	0	0	104.705

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017
7.01	Receitas	201.390	153.262
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	200.838	152.722
7.01.02	Outras Receitas	552	540
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-116.069	-91.184
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-95.163	-70.444
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-20.906	-20.740
7.03	Valor Adicionado Bruto	85.321	62.078
7.04	Retenções	-3.919	-3.359
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.919	-3.359
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	81.402	58.719
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.832	3.892
7.06.02	Receitas Financeiras	7.832	3.892
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	89.234	62.611
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	89.234	62.611
7.08.01	Pessoal	25.807	23.181
7.08.01.01	Remuneração Direta	18.043	17.051
7.08.01.02	Benefícios	6.286	4.786
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.478	1.344
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.010	20.683
7.08.02.01	Federais	18.819	13.564
7.08.02.02	Estaduais	9.183	7.114
7.08.02.03	Municipais	8	5
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	12.475	5.006
7.08.03.01	Juros	1.863	1.727
7.08.03.02	Aluguéis	678	604
7.08.03.03	Outras	9.934	2.675
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	22.942	13.741
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	5.000	3.000
7.08.04.02	Dividendos	449	264
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	17.493	10.477

Nortec Química S.A.

Balances patrimoniais

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.412	6.139
Aplicações Financeiras	8	11.917	11.721
Contas a receber	9	17.029	28.767
Estoques	10	46.850	32.038
Impostos a recuperar	11	3.454	3.043
Despesas Antecipadas		162	162
Outros		494	952
Total do ativo circulante		90.318	82.822
Não circulante			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	12	585	1.026
Outros		236	97
Investimento		132	114
Imobilizado líquido	13	71.287	68.087
Total do ativo não circulante		72.240	69.324
Total do ativo		162.558	152.146

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
Circulante			
Fornecedores	14	10.609	11.693
Empréstimos e financiamentos			
Com terceiros		-	3
Com parte relacionada - BNDES	15	6.033	6.000
Obrigações sociais e trabalhistas	17	3.316	3.332
Obrigações fiscais	18	2.902	2.270
Dividendos mínimos obrigatórios		4.733	2.814
Participações a Pagar		1.061	833
Adiantamento de Clientes	19	34	2.653
Outros		1.036	489
Total do passivo circulante		29.724	30.087
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos		-	-
Com parte relacionada	15	9.533	15.160
Provisão para Contingências	20	348	641
Obrigações fiscais	18	-	1.551
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		751	-
Outros		4	2
Total do passivo não circulante		10.636	17.354
Patrimônio líquido			
Capital social	21	68.235	68.235
Reserva de lucros		53.963	36.470
Reserva Legal		7.144	5.996
Reserva Estatutária		46.819	30.474
Lucro líquido do período		-	-
Total do patrimônio líquido		122.198	104.705
Total do passivo e patrimônio líquido		162.558	152.146

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Nortec Química S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ações)

	Nota explicativa	01/01/18 à 31/12/2018	01/01/17 à 31/12/2017
Operações Continuadas			
Receitas Operacionais Líquidas			
Receita Líquida de Vendas	23	188.515	143.607
Custo dos produtos vendidos	24	<u>(127.925)</u>	<u>(105.711)</u>
Lucro Bruto		<u>60.590</u>	<u>37.896</u>
(Despesas) Receitas Operacionais			
Despesas Administrativas	25	(5.213)	(2.156)
Despesas com Vendas	25	(1.782)	(651)
Despesas com Pessoal	25	(9.754)	(9.605)
Serviços de Terceiros	25	(3.511)	(3.198)
Ocupações e Utilidades	25	(2.439)	(1.660)
Depreciação e amortização		(721)	(573)
Outras Receitas Operacionais		<u>995</u>	<u>426</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>38.165</u>	<u>20.479</u>
Resultado financeiro	26		
Receitas financeiras		1.018	1.356
Despesas financeiras		(1.863)	(1.727)
Variação cambial líquida		<u>(3.846)</u>	<u>(215)</u>
Receita (despesas) financeiras líquidas		<u>(4.691)</u>	<u>(586)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>33.474</u>	<u>19.893</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	(9.340)	(6.395)
Imposto de renda e contribuição social diferido	12	<u>(1.192)</u>	<u>243</u>
Resultado líquido das operações		<u>22.942</u>	<u>13.741</u>
Lucro líquido do período		<u><u>22.942</u></u>	<u><u>13.741</u></u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - Básico (em R\$)		<u><u>1,9316</u></u>	<u><u>1,1569</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Nortec Química S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	<u>22.942</u>	<u>13.741</u>
Outros resultados abrangentes:		
Outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	<u>-</u>	<u>-</u>
Total do resultado abrangente do exercício	<u>22.942</u>	<u>13.741</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Nortec Química S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2017		41.977	52.251	-	94.228
Transf. Das Reservas de Recompra p/aumento do Capital, conf. A.G.O. e A.G.E. de 28/04/2017		26.258	(26.258)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	13.741	13.741
Destinação do lucro:					
Reserva legal		-	687	(687)	-
Juros sobre capital próprio (média de R\$ 0,25 por ação)		-	-	(3.000)	(3.000)
Dividendos mínimos obrigatórios (média de R\$ 0,02 por ação)		-	-	(264)	(264)
Constituição de reservas		-	9.790	(9.790)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017		<u>68.235</u>	<u>36.470</u>	<u>-</u>	<u>104.705</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2018		<u>68.235</u>	<u>36.470</u>	<u>-</u>	<u>104.705</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	22.942	22.942
Destinação do lucro:					
Reserva legal		-	1.147	(1.147)	-
Juros sobre capital próprio		-	-	(5.000)	(5.000)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(449)	(449)
Constituição de reservas		-	16.346	(16.346)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	21	<u>68.235</u>	<u>53.963</u>	<u>-</u>	<u>122.198</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Nortec Química S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido de exercício	22.942	13.741
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa das atividades operacionais:		
Depreciação	3.928	3.382
Variação Cambial	3.846	215
Provisão (Reversão) para perda nos Estoques	(1.407)	(377)
Provisão (Reversão) para Contingência Trabalhista	(293)	972
Provisão (Reversão) para PCLD	403	75
Provisão (Reversão) para perdas esperadas	209	-
Baixa de Ativo Permanente	(190)	-
Resultado Financeiro	(314)	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	(18)	-
Outros	(53)	(387)
Variações em:		
Contas a receber	11.126	(12.440)
Estoques	(16.219)	1.820
Impostos a recuperar	(411)	(1.087)
Outros ativos	758	86
Fornecedores	(1.084)	2.073
Obrigações sociais e trabalhistas	(16)	596
Obrigações fiscais	(919)	577
Adiantamento de clientes	(2.619)	(1.866)
Outros passivos	1.524	119
Pagamento de Juros sobre Financiamentos	(1.125)	(1.069)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	20.068	6.430
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisição do Imobilizado	(7.147)	(6.340)
Aquisição de Investimento	-	(35)
Aplicações Financeiras	(195)	(1.556)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de investimento	(7.342)	(7.931)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos obtidos	-	5.841
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(5.639)	(4.233)
Pagamento de Dividendos	(2.814)	(3.691)
Caixa líquido (utilizado nas) atividades de financiamento	(8.453)	(2.083)
Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa	4.273	(3.584)
Demonstração da redução do caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro de 2018	6.139	9.723
Caixa e equivalentes de caixa em 30 de junho de 2018	10.412	6.139
	4.273	(3.584)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Nortec Química S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2018

(Em milhares de Reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	200.838	152.722
Outras receitas	552	540
Insumos adquiridos de terceiros		
(Inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)		
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(95.163)	(70.444)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(20.906)	(20.740)
Valor adicionado bruto	85.321	62.078
Depreciação e amortização	(3.919)	(3.359)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	81.402	58.719
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	7.266	3.892
Outros	566	-
Valor adicionado total a distribuir	89.234	62.611
Distribuição do valor adicionado	-	-
Pessoal		
Remuneração direta	18.043	17.051
Benefícios	6.286	4.786
FGTS	1.478	1.344
	25.807	23.181
Impostos, taxas e contribuições		
Federal	18.819	13.564
Estadual	9.183	7.114
Municipal	8	5
	28.010	20.683
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	1.863	1.727
Aluguéis	678	604
Outras	9.934	2.675
	12.475	5.006
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre o Capital Próprio	5.000	3.000
Dividendos	449	264
Lucros retido usados / Prejuízo do Período	17.493	10.477
	22.942	13.741
Valor Adicionado Total Distribuído	89.234	62.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias

Notas explicativas às informações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

As atividades da Nortec Química S.A. (“Companhia”) compreendem basicamente na industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos e farmoquímicos, pesquisas e desenvolvimento de tecnologias de produtos, prestação de serviços de assistências técnicas nas áreas comercial, tecnológica e de produção de terceiros. A Companhia está localizada na Rua Dezessete, 200 A, B, C e D, no Distrito Industrial Mantiquira Duque de Caxias em Xerém, cidade de Duque de Caxias, no estado do Rio de Janeiro.

Em 23 de novembro de 2012, a Companhia obteve o registro de Companhia Aberta na Categoria “A” na Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Essa categoria autoriza a negociação de quaisquer valores mobiliários do emissor em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Os principais clientes da Companhia são: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, a Blanver Farmoquímica; e de forma regular e contínua, complementam a lista dos principais clientes: Eurofarma, Brainfarma, Sanofi, União Química e Medley.

1.1 Eventos ocorridos no exercício de 2018

1.2 Licença de Operação

Em 08 de fevereiro de 2018, o INEA - Instituto Estadual do Ambiente requereu da Companhia informações sobre o complemento de documentações ambientais, para renovação da licença de operação das unidades produtivas (010, 100, 200, 230 e 280). A Companhia já protocolou as informações solicitadas, e aguarda a obtenção da Licença de Operação das Unidades de Produção. Cabe ressaltar que, durante o período de validação das informações emitidas pela Companhia ao instituto, a IN 025803 está vigente.

1.3 Exigências regulatórias

As exigências administrativas regulatórias feitas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), fizeram a Companhia interromper a produção e consequentemente, o faturamento dos seus Insumos Farmacêuticos Ativos (IFA) Lamivudina, Zidovudina, Fenitoína, Efavirenz e Aciclovir. No dia 12 de junho de 2017 foi protocolado pela Companhia, na Anvisa, os pedidos de excepcionalidade para a produção e comercialização dos IFA's Lamivudina, Zidovudina e Fenitoína, o qual foi deferido no final de julho de 2017.

As excepcionalidades foram concedidas devido a Companhia ter capacidade produtiva para entrega dos IFAs, mencionados anteriormente, e cumprir os requisitos normativos das Boas Práticas de Fabricação, e o não fornecimento causaria o desabastecimento e falta do medicamento no mercado, trazendo risco a população que utiliza essas medicações.

A Administração da Companhia realizou diversas ações relacionadas a melhorias no processo para a regularização dos registros dos produtos (Lamivudina, Zidovudina, Fenitoína, Efavirenz e Aciclovir). O registro do produto Fenitoína foi obtido em 22 de janeiro de 2018, já o registro dos produtos Zidovudina e Lamivudina foram obtidos 24 de maio de 2018 e 30 de maio de 2018

respectivamente. Em adição, a Companhia realizou uma inspeção, em conjunto com representantes da Anvisa para qualificar o fornecedor da Matéria Prima utilizada no produto Efavirenz, essa ação foi uma exigência do próprio Órgão (Anvisa). O certificado de Boas Práticas de Fabricação do fabricante da matéria prima utilizada no produto Efavirenz (intermediário 5 de efavirenz) foi publicado em 03 de setembro de 2018, que foi protocolado na ANVISA em 05 de setembro de 2018. Em 05 de novembro de 2018 foi publicado o registro do Efavirenz e em 24 de dezembro de 2018 foi publicado a renovação do nosso Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF).

O cumprimento das exigências referente ao Aciclovir foram realizados por meio de protocolos junto a Anvisa, emitidos em 21 de novembro de 2017 e 02 de abril de 2018. A Companhia está realizando um estudo para a comercialização desse produto.

2 Apresentação e base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão destas demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria e pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de março de 2019.

Todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas ocorrem anualmente e são reconhecidas prospectivamente.

4.1 Vida útil dos bens do imobilizado

A Companhia considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável. As vidas úteis definidas para os bens do ativo imobilizado, foram definidas nos laudos técnicos emitidos por engenheiros externos, e revisados a cada três anos ou quando ocorrer algum evento que possa indicar mudança significativa de vida útil.

4.2 Provisão para contingências

As provisões são reconhecidas quando: i) A Companhia tem, uma obrigação presente ou formalizada como resultado de eventos já ocorridos; ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação, e iii) o valor puder ser emitido com segurança. As provisões são mensuradas a valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

As contingências são analisadas pela Administração, fundamentada na avaliação e dos seus assessores jurídicos.

4.3 Avaliação de instrumentos financeiros

A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº27 apresenta informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.

4.4 Impostos, contribuições e tributos

Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 12.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados conforme citado na nota explicativa 6.15.

6 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição ao contrário.

6.1 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de 90 dias ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

6.2 Contas a receber de clientes

Estão apresentadas pelo valor de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data dos balanços. A provisão para perdas com créditos é fundamentada em análise dos créditos, que leva em consideração o histórico e os riscos envolvidos em cada operação, e é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber.

6.3 Receita operacional

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos, e (v) o valor da receita possa ser mensurado de maneira confiável. Adicionalmente, é necessária que as especificações técnicas requeridas em contrato que são estabelecidas por padrões globais, e que tem referência no manual farmacêutico (Farmacopéia), procedimento usual neste segmento de negócio sejam satisfeitas. A Companhia emite um certificado de análise que consta todos os testes, resultados e as especificações de acordo com as referências descritas no parâmetro Global. Ao término do processo de validação dos produtos, pelo departamento de controle de qualidade, os produtos são liberados para o faturamento. O parágrafo B84 do CPC47 em referência estabelece esta previsibilidade, como prática aceitável no reconhecimento de vendas. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. Conforme nota explicativa 23.

6.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As principais receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem (i) receita de juros de aplicação financeira, (ii) despesa de juros de empréstimos e (iii) ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

6.5 Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do período. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem.

6.6 Custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

6.7 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais para custeio, destinadas para pesquisa e desenvolvimento, são reconhecidas sistematicamente no resultado, como outras receitas, durante os períodos nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes gastos com pesquisa as quais as subvenções pretendem compensar.

6.8 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

6.8.1 Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.8.2 Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6.9 ICMS sobre vendas

A Companhia tem isenção de impostos sobre a venda de produtos destinados ao “coquetel da Aids”, conforme o convênio 10/2002 do ICMS.

6.10 Imobilizado

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (“impairment”) acumuladas. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e os juros de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual, após sua vida útil, seja integralmente baixado (exceto para terreno e imobilizado em andamento).

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

6.11 Redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”) não financeiros

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos não financeiros para determinar se há alguma indicação de que tais ativos apresentaram indicadores de perdas por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 não houve indicador de não recuperabilidade dos ativos.

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, majoritariamente independente das entradas de caixa de outros ativos, ou unidade geradora de caixa (UGC).

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

6.12 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo médio de produção ou preço médio de aquisição e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda. As provisões para perda de estoque de baixa rotatividade ou obsoletos, ou aquelas constituídas para ajustar ao valor de mercado, são analisadas periodicamente e contabilizadas quando aplicável.

6.13 Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário e quando aplicável, essas obrigações são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

6.14 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

6.15 Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros.

6.15.1 *Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

6.15.2 *Ativos financeiros não derivativos - mensuração*

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

6.15.3 *Passivos financeiros não derivativos - mensuração*

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

6.16 Investimentos

O investimento na Sociedade em Conta de Participação em conjunto com a Cambrex Profarmaco do Brasil Ltda. está registrado pelo método de equivalência patrimonial.

6.17 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) aplicável às companhias abertas, enquanto para as IFRS representam informação financeira suplementar.

6.18 Mudança nas principais políticas contábeis

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 Receitas de Contratos com Clientes e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 48 (IFRS 9) ao exercício comparativo apresentado.

O impacto da aplicação da nova norma, sugerida pelo CPC 48 / IFRS 9, é a mensuração da perda esperada para realização dos ativos financeiros, registrada no balanço, na rubrica Contas a Receber.

6.18.1 IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros

Nova norma que introduz novas exigências para a classificação, mensuração, impairment, hedge accounting e desconhecimento de ativos e passivos financeiros.

A IFRS 9 / CPC 48 exige que a Administração da Companhia realize uma avaliação com base em doze meses ou por toda a vida do ativo financeiro e registre os efeitos quando houver indicativos de perdas em crédito esperadas nos ativos financeiros. A Companhia aplica a abordagem simplificada e registra perdas esperadas durante toda a vida dos ativos financeiros do contas a receber de clientes.

Os detalhes das novas políticas contábeis significativas e a natureza das mudanças nas políticas contábeis anteriores estão descritos abaixo:

Natureza	Entendimento	Natureza da mudança na política contábil
Perdas de Créditos esperados	A Companhia estimou provisão para perdas no contas a receber de clientes, com base em históricos de perdas ou acordos contratuais, sensibilizando os recebíveis, não vencidos por esta análise.	O montante da provisão foi mensurado, de modo a refletir o valor imparcial ponderado pela probabilidade, o valor do dinheiro no tempo e informações razoáveis e sustentáveis disponíveis na data do balanço sobre eventos passados.

O quadro a seguir resume a mensuração dos montantes, originalmente apresentado, líquido de impostos, da transição para o CPC 48 / IFRS 9 sobre os lucros acumulados em 1º de janeiro de 2018:

Afirmações	Saldo em 31 de dezembro de 2017	Saldo adoção inicial 1º janeiro/2018 - IFRS 9	Saldos em 1º janeiro de 2018
Clientes (Ativo)	28.767	(117)	28.650
IR/CS Diferido (Ativo)	1.026	40	1.066
Ajustes dos efeitos no patrimônio líquido	-	(77)	(77)

a. Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros.

A tabela a seguir e as notas explicativas abaixo explicam as categorias de mensuração originais no CPC 38 / IAS 39 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 / IFRS 9 para cada classe de ativos financeiros da Companhia em 1º de janeiro de 2018, na visão consolidada.

Ativos Financeiros	Classificação original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Nova Classificação de acordo com o CPC 48 / IFRS 9	Valor contábil original de acordo com o CPC 38 / IAS 39	Novo valor contábil de acordo com o CPC 48 / IFRS 9
Contas a receber e outros recebíveis	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	28.767	28.650
Caixa e Bancos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	6.139	6.139
Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	11.721	11.721
Outros Ativos	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	36.195	36.195
Total dos Ativos Financeiros			82.822	82.705

6.18.2 IFRS 15 (CPC 47) - Receita de contratos com clientes

O CPC 47/ IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 Receitas,. A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi representada dessa forma, foi reportada de acordo com o CPC 30 /IAS 18, CPC 17 / IAS 11. De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens e serviços. Dessa forma, com base na avaliação realizada, não houve impacto nas informações contábeis intermediárias com as mudanças do CPC 47 / IFRS 15.

A Companhia atualizou a sua política contábil sobre o reconhecimento da receita de vendas, conforme determinado no CPC 47/IFRS 15.

As transações de vendas efetuadas por encomendas, são registradas contabilmente somente após aprovação do departamento de controle de qualidade, que tem por objetivo atestar se as especificações técnicas dos produtos fabricados, estabelecidas nos pedidos de vendas estão em conformidade com os contratos celebrados com os clientes, além dos procedimentos estabelecidos na política de transferência de propriedade,conforme nota explicativa 24.

As especificações técnicas requeridas em contrato são estabelecidas por padrões globais, que tem referência no manual farmacêutico (Farmacopéia), procedimento usual neste segmento de negócio. A Companhia emite um certificado de análise que consta todos os testes, resultados e as especificações de acordo com as referências descritas no parâmetro Global. Ao término do processo de validação dos produtos, pelo departamento de controle de qualidade, os produtos são liberados para o faturamento.

Sob a luz do parágrafo B84 do CPC47 em referência estabelece esta previsibilidade, como prática aceitável no reconhecimento da receita de vendas no momento em que ocorre a troca de propriedade, observando as exigências técnicas estabelecidas em contrato e aprovadas pelo setor de qualidade da Companhia.

6.19 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

6.19.1 IFRS 16 - Arrendamento mercantil (efetiva a partir de 1º de janeiro de 2019)

O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a CPC 47 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

Com base na sua avaliação bem como nas operações de arrendamento existentes, a Companhia considera que os novos requerimentos não apresentam um impacto significativo nas demonstrações financeiras, tendo em vista que a Companhia não possui contratos de Arrendamento Mercantil.

6.19.2 Outras normas

As seguintes normas alteradas interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRIC 23/ICPC 22 Incerteza sobre Tratamentos de Tributos sobre o Lucro.

Características de Pré-Pagamento com Remuneração Negativa (Alterações na IFRS 9).

Ciclo de melhorias anuais nas normas IFRS 2015-2017 - várias normas.

Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	7.650	5.463
Aplicações financeiras em fundos de investimento (i)	2.762	676
	<u>10.412</u>	<u>6.139</u>

- (i) Referem-se a quotas de fundos de investimento com resgate automático que possuem alta liquidez; prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

8 Aplicações financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	11.917	11.721
	<u>11.917</u>	<u>11.721</u>

As aplicações financeiras descritas no quadro acima possuem vencimentos superiores a 90 dias e estão apresentadas no ativo circulante considerando a expectativa de realização no curto prazo.

As aplicações financeiras estão contabilizadas ao valor contábil o qual se aproxima do valor justo. Essas aplicações são remuneradas mensalmente por taxas de 96% a 99% do Certificado de depósito interfinanceiro - CDI.

9 Contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
Clientes nacionais (i)	15.674	27.820
Clientes estrangeiros	1.355	947
	<u>17.029</u>	<u>28.767</u>

- (i) A Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Blanver Farmoquímica Ltda, Brainfarma Indústria Química e Farmaceutica S/A, a Sanofi Aventis Farmaceutica Ltda S/A, União Química Farmaceutica S/A e a Cristália Produtos Químicos e Farmaceuticos representam, em 31 de dezembro de 2018 cerca de 67% do saldo de contas a receber de clientes nacionais, (81% em 31 de dezembro de 2017).

Saldos por vencimento do contas a receber

	31/12/2018	31/12/2017
A vencer	15.594	18.247
Vencidos até 30 dias	270	7.222
Vencidos de 31 até 60 dias	1.141	140
Vencidos de 61 até 120 dias	-	213
Vencidos de 121 até 180 dias	5	-
Vencidos acima de 180 dias	543	2.945
	<u>17.553</u>	<u>28.767</u>

A constituição da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa foi registrada no resultado do período como “Despesas comerciais”. Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados do contas a receber quando não há expectativa de recuperação dos recursos. Em 31 de dezembro de 2018 a provisão para perda de crédito é de R\$ 523, sendo que o efeito do CPC 48/IFRS 09 foi de R\$ 209.

	Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa
Saldo em 31/12/2017	120
Adições no exercício	558
Baixa no exercício	(155)
Saldos em 31/12/2018	523

	Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa
Saldo em 31/12/2016	45
Adições no exercício	305
Baixa no exercício	(230)
Saldos em 31/12/2017	120

10 Estoques

	31/12/2018	31/12/2017
Produtos acabados	21.909	10.818
Produtos em processo	3.712	6.557
Produtos para revenda	328	386
Matérias-primas	20.274	13.930
Almoxarifado	627	347
	46.850	32.038

A Administração da Companhia revisa periodicamente a provisão para perda nos estoques de produtos acabados. O valor da provisão para perda em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 348 (R\$ 1.755 em 31 de dezembro de 2017). Os estoques estão apresentados líquidos da provisão para perdas.

	Provisão para perdas nos Estoques
31 de dezembro de 2017	1.755
Adições	600
Reversões	(2.007)
31 de dezembro de 2018	348

11 Impostos a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
CSLL	1.068	582
PIS	185	103
COFINS	1.377	470
IRRF	49	49
IPI	31	22
ICMS	301	416
Parcelamento da Lei 12.996/04	410	1.368
Outros	33	33
	<u>3.454</u>	<u>3.043</u>

12 Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
IRPJ diferido	430	754
CSLL diferido	<u>155</u>	<u>272</u>
	<u>585</u>	<u>1.026</u>

A Companhia, fundamentada em estudos técnicos de viabilidade, realizados anualmente, que demonstram a capacidade de geração de lucros tributáveis futuros, mantém o crédito fiscal de imposto de renda e contribuição social decorrentes de diferenças temporárias, que somente serão dedutíveis quando atenderem a legislação fiscal. A movimentação do impacto no resultado do exercício está demonstrada abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos oriundos de:		
Adições temporárias:		
Provisão de Perdas com Estoque	600	2.594
Contingências	105	129
Provisão de PCLD	558	305
Diferença de Taxa Fiscal x Contábil	(2.209)	-
Reversão de Perdas com Estoque	(2.007)	(1.622)
Reversão de PCLD	(155)	(184)
Reversão de Contingências	<u>(398)</u>	<u>(506)</u>
	<u>(3.506)</u>	<u>715</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos - 34%	<u>(1.192)</u>	<u>243</u>

13 Imobilizado

		31/12/2018		31/12/2017	
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	2.105	-	2.105	2.105
Instalações	10%	51.015	(7.589)	43.426	44.539
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	31.480	(14.254)	17.226	17.572
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.365	(852)	513	584
Veículos	10% a 20%	445	(206)	239	70
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	3.656	(2.272)	1.384	1.485
Imobilizado em andamento	-	6.018	-	6.018	1.282
Adiantamento de fornecedores	-	-	-	-	-
Outros	4% a 10%	2.715	(2.339)	376	450
		<u>98.799</u>	<u>(27.512)</u>	<u>71.287</u>	<u>68.087</u>
		31/12/2017		31/12/2016	
	Taxas anuais médias de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Terrenos	-	2.105	-	2.105	1.221
Instalações	10%	51.015	(6.476)	44.539	10.805
Máquinas e equipamentos	4% a 20%	29.807	(12.235)	17.572	5.446
Móveis e utensílios	6,7% a 14,3%	1.328	(744)	584	515
Veículos	10% a 20%	319	(249)	70	91
Equipamentos de informática	5% a 33,3%	3.285	(1.800)	1.485	1.017
Imobilizado em andamento	-	1.282	-	1.282	45.965
Adiantamento de fornecedores	-	-	-	-	158
Outros	4% a 10%	2.701	(2.251)	450	375
		<u>91.842</u>	<u>(23.755)</u>	<u>68.087</u>	<u>65.593</u>

Movimentação do custo

	31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2018
Terrenos	2.105	-	-	-	2.105
Instalações	51.015	-	-	-	51.015
Máquinas e equipamentos	29.807	254	(47)	1.466	31.480
Móveis e utensílios	1.328	41	(4)	-	1.365
Veículos	319	241	(115)	-	445
Equipamentos de informática	3.285	317	(9)	63	3.656
Imobilizado em andamento (i)	1.282	6.280	(15)	(1.529)	6.018
Adiantamento de fornecedores (ii)	-	-	-	-	-
Outros	2.701	14	-	-	2.715
Total	<u>91.842</u>	<u>7.147</u>	<u>(190)</u>	<u>-</u>	<u>98.799</u>
	31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2017
Terrenos	1.221	-	-	884	2.105
Instalações	16.372	-	-	34.643	51.015
Máquinas e equipamentos	15.861	260	(7)	13.693	29.807
Móveis e utensílios	1.171	42	(5)	120	1.328
Veículos	319	-	-	-	319
Equipamentos de informática	2.459	194	(40)	672	3.285
Imobilizado em andamento (i)	45.968	5.824	(460)	(50.050)	1.282
Adiantamento de fornecedores (ii)	158	-	-	(158)	-
Outros	2.485	20	-	196	2.701
Total	<u>86.014</u>	<u>6.340</u>	<u>(512)</u>	<u>-</u>	<u>91.842</u>

(i) A Companhia apresentou um projeto de expansão, aprovado em reunião de conselho em 20 de junho de 2013, que contemplava duas unidades Fabris, ambas localizadas no próprio terreno da Companhia.

- Unidade 230: A construção dessa unidade foi concluída em 30 de outubro de 2016 com o objetivo de fabricação de IFA de baixa escala. A produção em escala comercial foi iniciada em 01 de agosto de 2017, conforme laudo do departamento de Engenharia da Companhia.
- Unidade 280: Essa unidade foi construída com o objetivo de fabricação de IFA de alta escala, sendo liberada para a produção em escala comercial a partir de 03 de abril de 2017, conforme laudo do departamento de Engenharia da Companhia.

O aumento na variação do imobilizado em andamento ocorrido no exercício refere-se, basicamente, a aquisição da Centrífuga alocada na unidade 280 e as reformas efetuadas nas unidades 10 e 100. A composição dos gastos registrados na conta de imobilizado em andamento, estão relacionados abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Obras Civas	1.723	279
Equipamentos	1.472	506
Materiais	414	12
Montagem	237	-
Outros	2.172	485
Total	<u>6.018</u>	<u>1.282</u>

Movimentação da depreciação

	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018
Instalações	(6.476)	(1.113)	-	(7.589)
Máquinas e equipamentos	(12.235)	(2.061)	42	(14.254)
Móveis e utensílios	(744)	(112)	4	(852)
Veículos	(249)	(72)	115	(206)
Equipamentos de informática	(1.800)	(481)	9	(2.272)
Outros	(2.251)	(88)	-	(2.339)
Total	<u>(23.755)</u>	<u>(3.927)</u>	<u>170</u>	<u>(27.512)</u>

	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017
Terrenos	-	-	-	-
Instalações	(5.566)	(910)	-	(6.476)
Máquinas e equipamentos	(10.415)	(1.826)	6	(12.235)
Móveis e utensílios	(656)	(90)	2	(744)
Veículos	(228)	(21)	-	(249)
Equipamentos de informática	(1.442)	(398)	40	(1.800)
Imobilizado em andamento	-	-	-	-
Outros	(2.114)	(137)	-	(2.251)
Total	<u>(20.421)</u>	<u>(3.382)</u>	<u>48</u>	<u>(23.755)</u>

Em 31 de dezembro de 2018, parte do ativo imobilizado no montante de R\$ 33.611 (R\$ 33.611 em 31 de dezembro de 2017), a valor de custo, está dado em garantia ao empréstimo captado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

14 Fornecedores

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores nacionais	1.646	1.775
Fornecedores estrangeiros (i)	8.963	9.918
	<u>10.609</u>	<u>11.693</u>

- (i) Refere-se substancialmente a compra de matéria-prima importada. Em 31 de dezembro de 2018 os principais produtos comprados foram: Tenofovir, Tritel-Azido-Timidina e Canrenona (Aldadieno). (Em 31 de dezembro de 2017 foram: Tenofovir, Salicilato de Lamivudina e Tritel-Azido-Timidina).

15 Empréstimos e financiamentos

A Companhia celebrou contratos de financiamento com o objetivo de financiar Pesquisa e desenvolvimento e expansão do parque industrial, conforme descrito abaixo:

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2017	Captação	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2018
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (i)	1,5% a 4,50%	7.897	-	304	(310)	(2.150)	5.741
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (i)	1,5% + TJLP	5.327	-	370	(344)	(1.453)	3.900
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (i)	3,50%	2.358	-	71	(72)	(642)	1.715
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/018 A (ii)	2,36% + TJLP	5.356	-	409	(384)	(1.339)	4.042
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/026 B (ii)	2,36% + TJLP	222	-	16	(15)	(55)	168
		<u>21.160</u>	<u>-</u>	<u>1.170</u>	<u>(1.125)</u>	<u>(5.639)</u>	<u>15.566</u>
Circulante		6.000	-	-	-	-	6.033
Não Circulante		<u>15.160</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>9.533</u>
Total dos Empréstimos e Financiamentos		<u>21.160</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.566</u>

	Taxa de juros ao ano	Saldo em 31/12/2016	Captação	Despesas de Juros	Pagamento de Juros	Pagamento de Principal	Saldo em 31/12/2017
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/030 C (i)	1,5% a 4,50%	10.051	-	401	(405)	(2.150)	7.897
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/013 A (i)	1,5% + TJLP	6.708	-	506	(446)	(1.441)	5.327
BNDES - Contrato - 13.2.0554.1/021 B (i)	3,50%	3.001	-	93	(94)	(642)	2.358
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/018 A (ii)	2,36% + TJLP	-	5.263	212	(119)	-	5.356
BNDES - Contrato - 17.2.0124.1/026 B (ii)	2,36% + TJLP	-	218	9	(5)	-	222
		<u>19.760</u>	<u>5.481</u>	<u>1.221</u>	<u>(1.069)</u>	<u>(4.233)</u>	<u>21.160</u>
Circulante		4.770	-	-	-	-	6.000
Não Circulante		<u>14.990</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.160</u>
Total dos Empréstimos e Financiamentos		<u>19.760</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>21.160</u>

- (ii) Contrato BNDES N° 13.2.0554.1

Principal:	Limitado a R\$20.996 mil
Juros:	De 1,5% a 4,5% a.a.
Vencimento:	Em 60 parcelas a partir de setembro/16 e a última em agosto/21. Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.
Garantia:	

(iii) Contrato BNDES N° 17.2.0124.1

Principal:	Limitado a R\$ 5.527 mil
Juros:	2,36% a.a. + TJLP
Vencimento:	Em 48 parcelas a partir de janeiro/18 e a última em dezembro/21. Em primeira hipoteca, os imóveis de sua propriedade onde está instalada uma unidade industrial, o imóvel de sua propriedade, a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos de sua propriedade instalados e em operação na unidade industrial descrita no contrato e a propriedade fiduciária das máquinas e equipamentos a serem adquiridos com recursos desta operação.
Garantia:	

Cláusulas restritivas (*Covenants*)

A Companhia apresenta *covenants* financeiros e não financeiros em seus contratos de empréstimos adquiridos junto ao BNDES. A Administração vem monitorando e até a presente data, não houve nenhuma indicação de não atendimento aos *covenants*.

(i) *Covenants financeiros*

O contrato de N° 17.2.0124.1, firmado em agosto de 2017, apresentar cláusulas restritivas que requerem a manutenção de determinados índices financeiros com parâmetros pré-estabelecidos. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia estava em conformidade com as cláusulas contratuais, ou seja, indviduamento líquido igual ou superior a 0,45 e relação entre dívida líquida/ebitda manteve-se igual ou inferior a 3. A mensuração do cálculo é realizada anualmente, na data base do exercício. Adicionalmente, o contrato requer *covenants* não financeiros, conforme abaixo.

(ii) *Covenants não financeiros*

- Redução do quadro de pessoal;
- Existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- A inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da beneficiária, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- Manter em situação regular suas obrigações junho aos órgãos do Meio Ambiente, durante o período de vigência do contrato;
- Outros.

16 Transação com partes relacionadas

	Passivo		Resultado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Outros acionistas (Empréstimos) - nota explicativa 15	-	-	-	-
BNDES (Empréstimos) - nota explicativa 15	15.566	21.160	(1.170)	(1.221)
	<u>15.566</u>	<u>21.160</u>	<u>(1.170)</u>	<u>(1.221)</u>

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração da Companhia inclui os membros da diretoria estatutária e Conselho da Administração.

Os montantes referentes à remuneração do pessoal-chave da Companhia em 31 de dezembro de 2018 foram de R\$ 2.660 (Em 31 de dezembro de 2017 foram de R\$ 2.816).

17 Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2018	31/12/2017
Encargos Sociais a Recolher	718	701
Encargos Assistenciais a Pagar	142	32
Provisão de Férias	2.456	2.599
	<u>3.316</u>	<u>3.332</u>

18 Obrigações fiscais

	31/12/2018	31/12/2017
ICMS a Recolher	476	484
Imposto de Renda na Fonte	1.024	705
Provisão de IR e CS	1.064	935
Parcelamento de Débitos Federais (a)	281	1.676
Outros	57	21
	<u>2.902</u>	<u>3.821</u>
Circulante	2.902	2.270
Não Circulante	-	1.551

Adesão ao Programa de Parcelamento de Débitos Federais (REFIS) Lei 12.996/14

Em 07 de agosto de 2014, o Conselho de Administração aprovou a adesão da Companhia ao programa de redução e parcelamento de débitos federais conforme a Lei 12.996/14. A data de adesão ao REFIS foi 21 de agosto de 2014. A Receita Federal do Brasil consolidou parte do pedido de parcelamento em 25 de setembro de 2015 no montante de R\$ 433 mil. A Companhia acionou os seus advogados tributaristas, para agilizar junto com a Receita Federal do Brasil a consolidação do saldo do parcelamento. As condições gerais desse parcelamento podem ser assim resumidas:

- Parcelamento efetuado em 60 meses;
- Parcelas com atualização monetária com base na taxa SELIC;
- Redução da Multa de Mora de Ofício em 80%;
- Redução dos Juros de Mora em 35%;
- Redução do Encargo Legal de 100%;
- Antecipação de 10% do Débito parcelado em 5 meses;

- Renúncia da Exigibilidade suspensa de Débitos Federais compensados por Per Dcomp's de Pis e Cofins não Homologadas pela Receita Federal no montante de R\$ 1.224;
- Desistência de Parcelamentos Anteriores no montante de R\$ 811;
- Os débitos tributários solicitados pela Companhia para a Adesão do Refis Lei 12.996/14, totalizou R\$ 2.034;

19 Adiantamento de clientes

	31/12/2018	31/12/2017
Fundação Oswaldo Cruz - Fio Cruz	-	2.584
Outros	34	69
	<u>34</u>	<u>69</u>
	<u>34</u>	<u>2.653</u>

20 Provisão para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas, cíveis e de outras naturezas, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela Administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos e leva em consideração: (i) histórico de perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada disputa.

	Causas trabalhistas
Em 31 de dezembro de 2017	<u>641</u>
Adições	105
Reversões	<u>(398)</u>
Em 31 de dezembro de 2018	<u>348</u>
	Causas trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>1.018</u>
Adições	129
Reversões	<u>(506)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>641</u>

Passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía processos judiciais e nenhuma provisão foi constituída por não possuir uma obrigação presente como resultado de evento passado, com saída de recursos e confiável estimativa do valor. Com base na opinião dos assessores judiciais da Companhia e avaliação da Administração, esses processos totalizam os montantes de R\$ 4.690 (R\$ 4.477 em 31 de dezembro de 2017).

21 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2018, o capital social autorizado, subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 68.235 (R\$ 68.235 em 31 de dezembro de 2017) e está representado e dividido entre seus acionistas conforme abaixo:

	Ações Ordinárias	%	Total
Acionista controlador e demais acionistas	9.501.915	80	9.501.915
BNDES	2.375.479	20	2.375.479
Outros	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1</u>
	<u>11.877.395</u>	<u>100</u>	<u>11.877.395</u>

Ações ordinárias

Todas as ações têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia.

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia.

b. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei 6.404/76. Os dividendos a pagar foram destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo circulante.

Os dividendos foram calculados conforme detalhado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	22.942	13.741
Constituição da reserva legal - 5%	<u>(1.147)</u>	<u>(687)</u>
Base de cálculo	<u>21.795</u>	<u>13.054</u>
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	<u>5.449</u>	<u>3.264</u>
Total na forma de dividendos	449	264
Total na forma de juros sobre o capital próprio	5.000	3000
Imposto de Renda S/Juros sobre capital retidos	<u>(750)</u>	<u>(450)</u>
Total dos dividendos mínimos obrigatório a pagar - passivo	<u>4.699</u>	<u>2.814</u>

c. Natureza e propósito das reservas

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva de retenção de lucros

É constituída com a finalidade de assegurar a disponibilidade de recursos próprios para o desenvolvimento dos negócios sociais e destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para projeto de expansão da planta fabril da Companhia.

22 Imposto de renda e contribuição social

a. Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social correntes

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal combinada:

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	33.473	19.893
Efeito na base do IRPJ e da CSLL sobre:		
Adições:		
Despesas não dedutíveis	2.408	2.282
Provisão de Perdas com Estoque	600	2.594
Provisão para contingências	105	129
Participações de Dirigentes	133	295
Exclusões:		
Reversão de Provisão de Perdas com Estoque	(2.007)	(1.622)
Reversão de Contingências	(398)	(506)
60% dispêndios com P&D Conf. Lei 11.196/2005	(127)	(122)
Juros sobre o capital próprio	(5.000)	(3.000)
Outros	(1.152)	(725)
Lucro tributável	<u>28.035</u>	<u>19.218</u>
Imposto de renda e da contribuição social - 34%	9.531	6.534
Outros	(191)	(139)
Imposto de renda e contribuição social - resultado	<u>9.340</u>	<u>6.395</u>
Alíquota efetiva	<u>33%</u>	<u>34%</u>

23 Receita operacional líquida

	31/12/2018	31/12/2017
Receita bruta	200.838	152.722
Menos:		
Vendas Canceladas	(3.015)	(1.837)
Impostos sobre vendas	<u>(9.308)</u>	<u>(7.278)</u>
	<u>188.515</u>	<u>143.607</u>

24 Custos dos Produtos Vendidos

	31/12/2018	31/12/2017
Custo dos Materiais	(90.766)	(69.564)
Custo c/ Pessoal	(20.549)	(18.968)
Custo c/ Serv. Terceiros	(1.954)	(2.496)
Custo c/ Ocupação e Utilidades	(10.436)	(9.750)
Custo c/ Depreciação	(3.198)	(2.786)
Custos Produtos Vendidos	(126.903)	(103.564)
Custo Produtos Revendidos	(1.022)	(2.147)
	<u>(127.925)</u>	<u>(105.711)</u>

25 Despesas Operacionais

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas com vendas	<u>(1.782)</u>	<u>(651)</u>
Despesas com pessoal	(9.754)	(9.605)
Serviços de terceiros	(3.511)	(3.198)
Ocupação e utilidades	(2.439)	(1.660)
Despesas Administrativas	(5.213)	(2.156)
Depreciação	<u>(721)</u>	<u>(573)</u>
Despesas Gerais e Adm.	<u>(21.638)</u>	<u>(17.192)</u>
Despesas operacionais	<u>(23.420)</u>	<u>(17.843)</u>

26 Resultado financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	791	1.027
Outros	<u>227</u>	<u>329</u>
Total	<u>1.018</u>	<u>1.356</u>
Despesas financeiras		
Juros	(1.170)	(918)
Outros	<u>(693)</u>	<u>(809)</u>
Total	<u>(1.863)</u>	<u>(1.727)</u>
Variação cambial, líquida	<u>(3.846)</u>	<u>(215)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(4.692)</u>	<u>(586)</u>

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo ou de proteção (“hedge”) em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

27.3 Objetivos da Administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa da Companhia coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Companhia. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez.

27.4 Riscos de mercado

Por meio de suas atividades, a Companhia fica exposta principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil das operações da Companhia e ela opera equacionando de forma adequada esse risco. Logo, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição aos riscos relacionados às taxas de câmbio e de juros, nem tampouco se utiliza de derivativos ou outros ativos de risco com caráter especulativo.

As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração.

27.5 Gestão de risco de taxa de câmbio

A Companhia faz algumas transações em moeda estrangeira; consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas. Os resultados estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano. Em 2018, o dólar norte-americano sofreu uma valorização de 17,13% frente ao real (2017 - valorização de 1,50%). A exposição ao risco de câmbio em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, representado pelos valores contábeis dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são:

Ativo	31/12/2018	31/12/2017	Moeda de Exposição
Caixa e equivalente de caixa (contratos de câmbio de clientes estrangeiros)	6.701	3.940	US\$
Contas a receber de clientes estrangeiros	1.355	947	US\$
Adiantamento a fornecedores	76	237	US\$
Passivo: Seguro Transporte	355	294	US\$
Fornecedores estrangeiros	8.963	9.918	US\$

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possui empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

27.6 Gestão do risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras no valor de R\$ 22.329 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 17.861 em 31 de dezembro de 2017) são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Passivos financeiros

A Companhia está exposta ao risco de taxa de juros, uma vez que obtêm empréstimos com taxas de juros pré-fixadas no valor de R\$ 15.566 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 21.160 em 31 de dezembro de 2017). Entretanto, as taxas obtidas nos financiamentos são baixas, comparadas a outras formas de financiamento existentes no mercado. Dessa forma, esse risco é significativamente atenuado.

27.7 Gestão do risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. A Administração adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. A Companhia utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Companhia e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas. A exposição do crédito é controlada pelos limites das contrapartes, que são revisados e aprovados pela Administração.

O saldo de contas a receber de clientes no montante de R\$ 17.029 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 28.767 em 31 de dezembro de 2017), tem como os maiores volumes devidos pela, Blanver Farmoquímica Ltda, Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, Brainfarma, Laboratório Teuto, Sanofi, Eurofarma Laboratórios S/A, Takeda Pharma Ltda, Cristália, União Química e Medley, foram os principais clientes da Companhia (vide nota explicativa 1). As demais contas a receber de clientes estão compostas por um grande número de clientes em diferentes áreas geográficas. Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face a possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, é avaliada a necessidade de constituir-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para a cobertura desse risco.

A Companhia não está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a bancos. Adicionalmente, a Companhia não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

As operações com instituições financeiras (caixa e equivalente de caixa e aplicações financeiras), no valor de R\$ 22.329 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 17.861 em 31 de dezembro de 2017), são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Companhia possui linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 5.000 à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

Em 31/12/2018	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	10.609	-	-	10.609
Financiamentos	6.033	9.471	62	15.566
Em 31/12/2017	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre quatro e cinco anos	Total
Fornecedores	11.693	-	-	11.693
Financiamentos	6.000	12.143	3.017	21.160

27.8 Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.

O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados. Os maiores saldos referente a empréstimos estão vinculados ao BNDES, sendo assim operações em mercado exclusivo onde não existe previsibilidade de alta volatilidade em taxa de juros e as taxas efetivas representam boas aproximações a taxas de mercado.

28 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 201.554 para danos materiais (R\$ 153.460 em 31 de dezembro de 2017), e R\$ 32.500 para responsabilidade civil (R\$ 32.000 em 31 de dezembro de 2017).

29 Lucro líquido por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 e IAS 33, a tabela a seguir reconcilia o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, nos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

	31/12/2018	31/12/2017
Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.942	13.741
Quantidade de ações em circulação (em milhares)	11.877	11.877
Lucro líquido por ação (básico e diluído)	1,93	1,16

30 Eventos Subsequentes

30.1 Liberação de recursos proveniente do financiamento BNDES

Em novembro de 2018, a Nortec firmou um contrato de financiamento para Projetos Triênio 2019-2021 com o BNDES no valor de R\$ 26.328. O contrato de financiamento BNDES - Nortec foi subdividido em seis subcréditos para as seguintes finalidades: Plano de Inovação, Reforma P&D, Expansão da capacidade produtiva, Implantação do novo prédio administrativo, Implantação da subestação de energia e Implantação dos galpões de armazenamento. No dia 15 de fevereiro de 2019, a companhia recebeu parte dos recursos relacionados aos três subcréditos

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores

Em conformidade com a Instrução CVM Nº 480, de 07/12/2009, os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com o parecer dos Auditores Independentes referente às Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 2018, emitido no dia 22 de Março de 2019.

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em conformidade com a Instrução CVM Nº 480, de 07/12/2009, os Diretores da Companhia declaram que revisaram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31/12/2018.

Parecer do Comitê de Auditoria

1 Disposições Institucionais e Regimentais:

O Comitê de Auditoria da Nortec Química S.A. é um órgão consultivo que atua no assessoramento do Conselho de Administração. Constituído, formalmente, em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de novembro de 2018, o Comitê de Auditoria da Nortec Química S.A. é composto atualmente pelo Presidente, o Sr. Leonardo Gonzaga e demais membros, o Sr. Regis Barbieri, o Sr. João Salles e a Sra. Elizabeth Benamor.

2 Competência:

O Comitê de Auditoria da Nortec Química S.A tem como suas principais atribuições: (i) Monitorar a qualidade e a integridade das informações trimestrais, das demonstrações financeiras intermediárias e das demonstrações financeiras da Companhia, efetuando as recomendações que entender necessárias ao Conselho de Administração; (ii) Acompanhar as práticas contábeis adotada pela Companhia nas elaborações de suas demonstrações financeiras; (iii) Supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar: a sua independência, a qualidade dos serviços prestados; a adequação dos serviços prestados às necessidades da Companhia; (iv) Supervisionar as atividades da auditoria interna da Companhia, monitorando a efetividade e a suficiência da estrutura, bem como a qualidade e a integridade dos processos de auditoria interna, propondo ao Conselho de Administração as ações que forem necessárias para aperfeiçoá-las; (v) Opinar sobre matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como aquelas que considerar relevantes; e (vi) Outras atribuições que venham a ser designadas pelo Conselho de Administração.

À empresa de auditoria externa, cabe assegurar que as demonstrações financeiras, Individuais da Nortec Química S.A. de 31 de dezembro de 2018, foram elaboradas de acordo com as práticas

e normas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board- IASB*.

3 Das atividades exercidas no âmbito das atribuições do Comitê de Auditoria, no período:

O Comitê de Auditoria se reuniu nos dias 10/04/2018, 08/08/2018, 07/11/2018 e 18/03/2019. Nestas reuniões foram desempenhadas atividades com vistas à avaliação do trabalho da auditoria externa, análises das informações contábeis intermediárias para os períodos findos em março, junho e setembro de 2018 e as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

No que tange ao fechamento do exercício de 2018, os representantes da Companhia apresentaram os destaques ocorridos no período, a saber: (i) Liberação, por parte da Anvisa, da produção e comercialização do Efavirenz, Lamivudina, Fenitoína e Zidovudina; (ii) Em relação ao reconhecimento da receita, definição dos impactos da adoção do IFRS 15 em relação às vendas efetuadas para Farmanguinhos; (iii) Em relação aos estoques da Cia: a) análise da movimentação de itens obsoletos para os últimos dois anos, b) análise da movimentação do Efavirenz no Kardex para os últimos dois anos, c) análise da movimentação do Butiril Acetado de Metila para o último ano; e (iv) Ajuste realizado no terceiro trimestre de 2018, compensando os saldos do contas a receber e de fornecedores com Farmanguinhos, suportados por documento entre as partes.

Em relação aos eventos subsequentes, no dia 15 de fevereiro de 2019, a Cia recebeu parte dos recursos relacionados ao financiamento de R\$ 26,3 MM, contratado junto ao BNDES em novembro de 2018.

4 Da auditoria independente.

Os auditores externos apresentaram os resultados da auditoria das demonstrações financeiras Individuais da Nortec Química S.A. de 31 de dezembro de 2018. Não foram identificados ajustes não realizados pela Administração da Cia.

Também foi informado que os exames das demonstrações financeiras da Companhia foram preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e conduzidos de acordo com as normas brasileiras e internacionais (IFRS) e que não houve desacordos com a Administração durante os trabalhos de auditoria.

5 Das demonstrações contábeis

A Contabilidade da Nortec Química, em conjunto com a equipe da Auditoria Independente, apresentou ao Comitê de Auditoria, em reunião realizada em 18 de março de 2019, os fatos relevantes do exercício de 2018.

O Comitê apreciou as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, examinando as notas explicativas, o relatório da Administração e o relatório dos auditores independentes. Verificou que as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com as normas contábeis brasileiras e com as normas internacionais (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board*- IASB, retratando adequadamente a situação patrimonial da empresa.

6 Conclusão:

O Comitê de Auditoria não recebeu, até o fechamento deste relatório, registro de qualquer descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da Nortec Química S.A. que indicasse a existência de falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da Empresa ou a fidedignidade das informações contábeis. Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e

as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras Individuais de 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2019.

Presidente:
Leonardo Gonzaga

Membros:
Regis Barbieri
João Salles
Elizabeth Benamor